

SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA Nº 16.182 - PT (2016/0276423-6)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
REQUERENTE : L E K M D A S
REPR. POR : M K M
ADVOGADO : PATRÍCIA LIMA ZACCARO NORONHA E OUTRO(S) -
MG082359
REQUERIDO : D M D A S
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

EMENTA

SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA. PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA QUE FIXA ALIMENTOS. HOMOLOGAÇÃO. ARTIGOS 15 E 17 DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO. ARTS. 216-C, 216-D E 216-F DO RISTJ. REQUISITOS. CUMPRIMENTO. SENTENÇA ESTRANGEIRA HOMOLOGADA.

DECISÃO

Trata-se de pedido de homologação de sentença portuguesa, formulado por L E K M da S, nascida em 2011, em face de seu genitor, D M da S.

Citado pessoalmente o requerido, a Defensoria Pública na União, em seu nome, apresentou a contestação de fls. 123/130, na qual afirma concordar apenas com a homologação parcial, pois, segundo alega: (a) o requerido não concordou com a alteração do acordo original acerca da possibilidade de a genitora da menor poder alterar sua residência para o estrangeiro e viajar com a menor sem autorização do pai; (b) não há registro nos autos de que sua manifestação de que não tem condições financeiras de continuar arcando com o valor mensal de 100 euros a título de alimentos à filha tenha sido considerada; (c) o Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores de Portugal teria ficado responsável por arcar com 75 euros por mês, subrogando-se nos direitos da credora dos alimentos.

Decorreu o prazo para réplica sem manifestação da autora (fl. 147).

O Ministério Público Federal manifestou-se pela homologação.

É o relatório. Decido.

Consoante relatado, cuida-se de pedido de homologação de sentença estrangeira que estabeleceu as obrigações dos pais em relação à filha L E K M da S, tratando da residência habitual da criança, da desnecessidade de autorização paterna para viagens da mãe com a criança e das obrigações alimentares do pai para com o filha, parcialmente garantidas pelo "Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores", consoante constou das sentenças de fls. 11-13 e 46-50/e-STJ.

No que diz respeito à alegação do requerido de que não tenha concordada com a possibilidade de a genitora da menor poder alterar sua residência para o estrangeiro e viajar com a menor sem autorização do pai, verifico que a alegação não corresponde à realidade, pois, questionado no processo que tramitou em Portugal, afirmou não fazer qualquer objeção, consoante se lê à fl. 17-STJ.

Nos termos dos artigos 15 e 17 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, arts. 963 a 965 do Código de Processo Civil e artigos 216-C, 216-D e 216-F do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, que, atualmente, disciplinam o

procedimento de homologação de sentença estrangeira, constituem requisitos indispensáveis ao deferimento da homologação, os seguintes:

- (i) instrução da petição inicial com o original ou cópia autenticada da decisão homologanda e de outros documentos indispensáveis, devidamente traduzidos por tradutor oficial ou juramentado no Brasil e cancelados pela autoridade consular brasileira;
- (ii) haver a sentença sido proferida por autoridade competente;
- (iii) terem as partes sido regularmente citadas ou haver-se legalmente verificado a revelia;
- (iv) ter a sentença transitado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias à execução no local em que proferida;
- (v) não ofender "a soberania, a dignidade da pessoa humana e/ou ordem pública".

No caso em exame, há cópia da sentença homologanda (fls. 11-13 e 46-50/e-STJ) e da respectiva apostila (fl. 39). O trânsito em julgado foi comprovado à fl. 10.

A competência da autoridade judiciária brasileira não seria exclusiva (art. 89 do CPC/73) e, portanto, é competente a autoridade judiciária prolatora da sentença homologanda.

Não há dúvida sobre a participação do requerido em contraditório no processo que tramitou em Portugal, uma vez que a sentença é decorrência de acordo feito entre as partes.

Não se constata qualquer malferimento à soberania nacional ou à ordem pública.

No que diz respeito à alegação do réu, de que não foi considerada a alegação de que tem atualmente dificuldade em arcar com o valor mensal de 100 euros a título de alimentos, é de se notar que tal alegação não impede a homologação da sentença portuguesa. Isso porque, para fins de deferimento do pedido, cumpre examinar apenas se estão ou não preenchidos os requisitos previstos nos artigos 15 e 17 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, arts. 963 a 965 do Código de Processo Civil e artigos 216-C, 216-D e 216-F do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça. São apenas estas as exigências para que se homologue provimento jurisdicional estrangeiro, sem adentrar no mérito do provimento a ser homologado.

Destaque-se que o capítulo da sentença que fixa os alimentos é desprovido de definitividade, podendo ser revisto em caso de modificação do estado de fato. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. FAMÍLIA. HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA. ALIMENTOS. CONVENÇÃO DE NOVA YORK. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. INSTITUIÇÃO INTERMEDIÁRIA. CURADOR ESPECIAL. ART. 9º. § 3º, DA RESOLUÇÃO STJ 9/2005.

1. O art. 9º, § 3º, da Resolução STJ nº 9/2005 determina a nomeação de curador especial nas hipóteses de revelia, não fazendo qualquer distinção acerca da natureza do direito a ser tutelado.
2. Ainda que se trate de uma sentença de divórcio, o pleito tem por objeto a homologação apenas do capítulo relativo às "prestações alimentares devidas", nos termos do art. 4º, § 2º, da Resolução STJ nº 9/05.
3. A pretensão foi articulada pela Procuradoria-Geral da República, na qualidade de Instituição Intermediária, nos termos do art. 2º da Convenção de Nova York Sobre Prestação de Alimentos no Estrangeiro promulgada pelo Decreto nº 56.826/1965, bem como da Lei nº 5.478/1965, que dispõe sobre a ação de alimentos no Brasil.

4. Constam dos autos os documentos necessários ao deferimento do pedido: (i) requerimento da representante legal dos requerentes, encaminhado pelo Ministério da Justiça de Portugal para que a Procuradoria Geral da República do Brasil atuasse como interveniente; (ii) autoridade competente, consoante o seguinte trecho da sentença: "A Conservatória é competente (art. 12 do DL. 272/2001 e 13 de outubro e 271 C.R.C)"; (iii) presença de procurador do requerido com poderes especiais na data da audiência de divórcio consensual; (iv) sentença estrangeira e o acordo de Regulação do Exercício do Poder Paternal a ela anexado, sendo despidendo estarem acompanhados de tradução oficial, uma vez que o idioma oficial praticado é o português, consoante já decidido nos autos da SEC nº 5.590/PT, Rel. Min. Castro Meira, DJe 28/06/2011; (v) comprovação do trânsito em julgado da decisão e a ausência de ofensa à soberania nacional ou ordem pública, nos termos dos arts. 5º e 6º, da Resolução nº 9/05 desta Corte e do artigo 15 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

5. As questões relativas à prescrição da pretensão de cobrança dos alimentos ou à revisão dos valores fixados desbordam do mero juízo de delibação, relacionando-se ao cumprimento da sentença, não cabendo ao Superior Tribunal de Justiça o exame de matéria pertinente ao mérito, salvo para, dentro de estreitos limites, verificar eventual ofensa à ordem pública e à soberania nacional, o que não é o caso.

6. Sentença estrangeira homologada.

(SEC 9952/EX, Relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 17/11/2014)

Assim, foram observados os pressupostos indispensáveis ao deferimento do pleito, mormente em razão de o conteúdo do título não ofender a soberania nacional, a ordem pública nem os bons costumes, consoante a dicção dos artigos 15 e 17 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e artigos 216-C, 216-D e 216-F do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Por último, quanto à alegação de que o Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores de Portugal teria ficado responsável por arcar com 75 euros por mês, subrogando-se nos direitos da credora dos alimentos, é de se constatar que as responsabilidades e direitos do Fundo são aquelas que constam da própria sentença ora homologada (fls. 46/50), de modo que, com a presente homologação, também tal capítulo da sentença portuguesa haverá de ser observado.

Ante o exposto, nos termos do art. 216-K, parágrafo único, do RISTJ, **defiro o pedido de homologação da sentença estrangeira** de fls. 11-13, complementada pela de fls. 46-50/e-STJ

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator